



ESTADO DE MINAS GERAIS  
Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Procuradoria da FEAM

FEAM	
Protocolo nº: 198244/16	
Divisão: Procuradoria	
Mat.:	Visto:



PROCESSO Nº 1855/2003/009/2008  
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 654/2007  
RECORRENTE: USINA ITAPAGIPE AÇÚCAR E ALCOOL LTDA  
OBJETIVO: Recurso de penalidade aplicada

### PARECER JURÍDICO

#### RELATÓRIO

O empreendimento em epígrafe foi autuado como incurso no inciso IX do artigo 87, do Decreto nº 44.309/06, pela seguinte irregularidade:

*"Causar poluição ou degradação ambiental pelo transbordamento da mistura vinhaça e águas residuárias do canal mestre que atingiu o Córrego Água Amarela no dia 14.08.2007, provocando a mortandade de peixes neste corpo d'água, conforme o Boletim de Ocorrência nº 71.583/2007 da Polícia Militar, admitida pelo representante da Usina Itapagipe, conforme a síntese da Reunião nº 007847/2007 de 17.09.2007."*

No Auto de Infração foi imposta a penalidade de multa, no valor de R\$100.001,00 (cem mil e um reais), nos termos do artigo 61, inciso II, alínea "d", do Decreto nº 44.309/06, por se tratar de **infração de natureza gravíssima, cometida por empreendimento de grande porte.**

Após regular notificação do autuado, a defesa foi apresentada, e devidamente analisada pelo Parecer Jurídico de fls. 86/87. O processo foi julgado pelo Presidente da FEAM (fl.88), que decidiu pela manutenção da penalidade descrita no art.87, inciso IX, do Decreto nº 44.309/06, alterando-se o seu valor de R\$100.001 para R\$50.001,00, nos termos do art. 96 do Decreto 44.844/08, por ser mais benéfico ao autuado.

O autuado foi devidamente notificado da decisão e apresentou Recurso no prazo legal, alegando, em síntese que:

- o auto de infração não fez qualquer menção à gravidade do fato, ou seja, não explica as consequências e a extensão do suposto evento danoso, bem como não menciona qualquer antecedente da Recorrente, a sua situação econômica ou as medidas adotadas para correção dos propalados danos;
- não houve qualquer prejuízo ou dano relevante no presente caso, sendo que o Boletim de Ocorrência que culminou na lavratura do auto de infração impugnado fez menção à morte de "alguns" peixes. O que, por si só, retira a plausibilidade e tipicidade da aplicação da multa;
- a Recorrente não intentou ação alguma que pudesse ensejar a ocorrência de dano ambiental, sobretudo a morte de alguns peixes que lhe é imputada;





- o que sucedeu foi que, sem que pudesse ser previsto pela Recorrente, a bomba deixou de funcionar, em razão de um defeito, conquanto tenha sido adquirida próxima à ocorrência do evento;
- em decorrência da imprevisível quebra da bomba, a vinhaça se acumulou nos canais e nas curvas de nível, tendo transbordado, escorrendo até o córrego, situação essa que foi prontamente controlada pela Recorrente, tão logo se fez possível e ainda que não tenha causado, sendo essa a provável razão pela qual o dano foi de mínima extensão;
- a Recorrente foi diligente quanto à manutenção da máquina, não teve como evitar esse escoamento, o que além de desconstituir a culpa, uma vez que não houve negligência, imprudência ou imperícia, afigurou-se um fato imprevisível que, a toda evidência, exclui qualquer possibilidade de imputação de responsabilidade à Recorrente;
- o auto de infração qualificou o fato em questão como infração gravíssima por entender que a classificação do empreendimento da Recorrente como de grande porte para fins de concessão de licença seria a mesma classificação a ser utilizada para qualificar a suposta conduta infracional;
- a multa aplicada violou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, vez que não houve a aplicação de atenuantes à penalidade em tela;
- por fim, requer seja reconhecido o vício de motivação do auto de infração e sua nulidade, ou que seja reconhecida a ausência de responsabilidade da Recorrente. Subsidiariamente, caso não seja acolhido o pedido, requer a revisão da multa, aplicando as atenuantes legais.

## ANÁLISE JURÍDICA

Sustenta o autuado que o auto de infração não fez qualquer menção à gravidade do fato, as consequências e a extensão do suposto evento danoso, bem como não menciona qualquer antecedente da Recorrente, a sua situação econômica ou as medidas adotadas para correção dos propalados danos.

Todavia o Atuo de Infração nº 654/2007 atendeu a **todos os requisitos de validade** do auto previstos no artigo 32 do Decreto nº 44390/2006. Se do Auto de Infração não constam as circunstâncias atenuantes previstas no artigo 69, I, do Decreto nº 44.309/06 é porque não foram constatadas pelo agente autuante quando da fiscalização que originou o Auto de Fiscalização nº 2975/2207 nem quando da lavratura do Auto de Infração e, nessa oportunidade, não é possível que se conclua pela pertinência da incidência das atenuantes, ante a ausência de comprovação dos fatos que a autorizariam.

Argumenta o autuado que não houve qualquer prejuízo ou dano relevante no presente caso, e que teria havido apenas a morte de "alguns" peixes. O que, por si só, retira a plausividade e tipicidade da aplicação da multa.

É fato incontestável a **morte de peixes**, atestada pelo Boletim de Ocorrência, segundo o qual *"no local foi constatado que a água do referido Córrego encontrava-se bastante escura e havia alguns espécimes "bagre e lambaris" mortos. O Técnico Agrícola da Usina informou que havia ocorrido um entupimento de uma bomba que jorrava o garapão/vinhaça, fazendo a*





*distribuição, no sistema de irrigação. E que em virtude do entupimento, rompeu as tubulações e o volume de garapã/vinhaça, transbordando sobre as curvas de níveis e atingindo o manancial. Mediante as informações e pelos rastreamentos que fizemos no local, verificamos que o dano ambiental ocorreu em decorrência de falha no sistema operacional da Empresa."*

Ademais, o próprio autuado reconhece que ocorreu o dano, *in verbis*, quando alega que *"sem que pudesse ser previsto pela Recorrente, a bomba deixou de funcionar, em razão de um defeito...Em decorrência da imprevisível quebra da bomba, a vinhaça se acumulou nos canais e nas curvas de nível, tendo transbordado, escorrendo até o córrego..."*

Inegável a existência do dano e a caracterização da infração tipificada no artigo 87, inciso IX, do Decreto nº 44.309/06, ante o transbordamento da vinhaça e águas residuárias do canal mestre e o atingimento do Córrego Água Amarela.

Quanto à responsabilidade pelo dano ambiental, importa ressaltar que a **responsabilidade administrativa ambiental é objetiva**. Deveras, esse preceito foi expressamente inserido no nosso ordenamento com a edição da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981). Tanto é assim, que o § 1º do art. 14 do diploma em foco define que o poluidor é obrigado, sem que haja a exclusão das penalidades, a indenizar ou reparar os danos, **independentemente da existência de culpa**.

A Lei nº 6.938/81 em seu artigo 14, parágrafo 1º, expressamente prevê que o poluidor *"é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade."*

Tendo em vista que a responsabilidade civil no âmbito do Direito Ambiental é objetiva, ou seja, independe de culpa, é necessário que seja demonstrado somente que efetivamente ocorreu o dano e o nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano causado para que haja a responsabilização civil e administrativa, sendo irrelevante analisar se houve dolo, negligência, imprudência ou imperícia que geraram o dano. Existindo comprovação do nexo causal entre a atividade exercida pelo autuado e o dano ocorrido, concretizada está a responsabilidade ambiental.

O rompimento das tubulações da empresa que contribuiu para o transbordamento da mistura de vinhaça que atingiu o Córrego Água Amarela, provocando a mortandade de peixes neste corpo d'água, **constitui acidente ambiental** sujeito à aplicação da teoria do risco integral, de modo que não se admite a alegação de imprevisibilidade da quebra de bomba, impondo-se o reconhecimento da responsabilidade objetiva do autuado, pela degradação ambiental. Entendendo-se, ainda, que os danos se inserem no risco da atividade econômica desenvolvida pelo empreendedor.

Desta forma, a degradação ambiental está largamente comprovada na medida em que o dano ambiental ocorreu em decorrência de falha no sistema operacional da Empresa.





Quanto à alegação do autuado de que o valor da multa imposta violaria os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não será acolhida, haja vista que o valor da multa simples para o empreendimento de **grande porte** e pelo cometimento de **infração gravíssima** é, na forma do artigo 61, II, "d", do Decreto nº 44.309/2006, de R\$100.001,00 (cem mil e um reais).

Em consonância com a legislação em vigor à época, foi aplicada ao autuado multa simples, pelo cometimento da infração de natureza gravíssima, capitulada art. 87, inciso IX, do Decreto nº 44.309/06, *in verbis*:

*Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:*

*IX - causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;*

Considerando que o autuado era de **grande porte**, o valor correto da multa é de R\$100.001,00 (cem mil e um reais), nos termos do artigo 61, inciso II, d, do Decreto 44.309/06, por se tratar de **infração de natureza gravíssima**:

*Art. 61. O valor da multa simples aplicada por infração às normas previstas na Lei nº 7.772, de 1980, e na Lei nº 13.199, de 1999, será de no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais) e, no máximo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), podendo atingir o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no caso previsto no art. 65, observados os seguintes critérios:*

*II - infrações gravíssimas:*

*d) cometidas por empreendimentos ou atividades de **grande porte**: R\$100.001,00 (cem mil e um reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);*

Em cumprimento ao disposto no art. 96, do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa cominada à infração cometida pelo autuado deverá ser reduzido para R\$50.001,00 (cinquenta mil e um reais), por ser mais benéfica ao autuado.

Desta forma, entende esta Procuradoria que a multa prevista no art. 87, inciso IX, do Decreto nº 44.309/06, deve ser mantida diante da configuração da infração administrativa, qual seja, "causar poluição ou degradação ambiental pelo transbordamento da mistura vinhaça e águas residuárias do canal mestre que atingiu o Córrego Água Amarela no dia 14.08.2007, provocando a mortandade de peixes neste corpo d'água."



## CONCLUSÃO

Ante o exposto, remetemos os autos à Câmara Normativa Recursal do COPAM sugerimos que seja **julgado improcedente o Recurso**, mantendo a penalidade de multa no valor de R\$50.001,00 (cinquenta mil e um reais) nos termos do artigo 87, inciso IX e 61, inciso II, alínea d, do Decreto nº 44.309/06 c/c art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 26 de julho de 2016

Fernanda Alcântara Ribeiro  
Analista Ambiental da Procuradoria da FEAM  
OAB/MG 103756- MASP 1223853-1